

PROVAS DE AGREGAÇÃO

Ramo de conhecimento em Estudos do Património – História da Arte

Do reconhecimento à construção do património de proximidade. Atores, mecanismos e práticas

Sumário Pormenorizado da Lição

Maria Leonor Botelho

A

2026



Maria Leonor Botelho

Do reconhecimento à construção do património de proximidade.

Atores, mecanismos e práticas

Sumário Pormenorizado da Lição

UC Estudos e Práticas do Património (MHAPCV003) do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual (FLUP)

Documento apresentado à Universidade do Porto, cumprimento do disposto da alínea c) do nº 2 do artº 8º do Decreto-Lei 239 de 19 de junho de 2007 referente à candidatura ao título académico de agregado em Estudos do Património – História da Arte.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Janeiro de 2026



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

Sumário

Declaração de honra / <i>Declaration of Honour</i>	4
Adequação e pertinência do tema da lição	5
Objetivos de aprendizagem	8
Conteúdos da lição	10
1. Introdução. Conceitos base da lição	10
2. Comunidades Patrimoniais. Do reconhecimento à patrimonialização	14
3. Atores institucionais na escala comunitária. Negociação e mediação	20
• Associações de Defesa do Património	20
• Associações de Municípios	23
• Redes de Monumentos	27
• Organizações culturais e educativas	29
4. Considerações Finais	33
Referências.....	35
Indicadas aos estudantes para esta aula	35
Utilizadas para a preparação da aula	36

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente lição é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro contexto, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e autoplágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this lesson is of my authorship and has not been used previously in another context, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para a realização de parte(s) da presente lição, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo ao trabalho.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this lesson, and that all interactions (prompts and responses) have been transcribed in the annexe to this work.

Porto, 14 de janeiro de 2025

Maria Leonor Botelho

Adequação e pertinência do tema da lição

O sumário pormenorizado da lição que aqui se apresenta, em resposta aos requisitos para atribuição do título de agregado, corresponde à aula n.º 12 da UC de Estudos e Práticas do Património (MHAPCV003 / EPP) do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual (MHAPCV) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). A sua leitura deve ser articulada com a do Relatório de UC produzido e submetido em cumprimento dos mesmos requisitos. Sempre que pertinente, por uma questão de rigor, fazemos as remissões necessárias para o mesmo.

Considerando que as aulas desenvolvidas no Relatório apresentado estão estruturadas em módulos de 3 h semanais, esta lição corresponde a uma exposição e problematização dessa aula e adequa-se ao contexto de provas públicas a que se destina. Deste modo, serão omitidos aqui os momentos de discussão com os estudantes em contexto de sala de aula, que configuram um exercício fundamental de problematização nas aprendizagens.

Esta lição conclui um conjunto de 5 aulas TP e 2 aulas TC nas quais se abordam, de forma articulada, os seguintes pontos dos conteúdos programáticos da UC:

1.3. *Os discursos do Património: AHD e "património a partir de baixo"*

1.4. *As escalas do património: património internacional (mundial e europeu), património nacional e património de proximidade.*

Conforme exploramos no Relatório da UC, a abordagem destes conteúdos é realizada à luz do conceito de escala patrimonial e em resposta a uma questão que convocamos, intencionalmente, repetindo-a no início de cada aula — *Quem decide «o que é Património»?* Assim, as aulas n.º 6 e n.º 7 são consagradas à escala nacional; as aulas n.º 8 a n.º 10 dedicam-se à escala internacional, com foco nas dimensões mundial e europeia; e a aula n.º 12 centra-se na escala local e comunitária, abordada a partir do conceito de património de proximidade. Em todas estas aulas não só aplicamos os conceitos abordados nas primeiras quatro aulas TP, correspondentes aos Fundamentos da UC, como também convocamos

as problemáticas para que remete o ponto 2 dos conteúdos programáticos da UC relativos aos “Novos Usos do Património”.

Tendo como título - *Do reconhecimento à construção do património de proximidade. Atores, mecanismos e práticas* -, a lição que apresentamos assume-se, portanto, como o corolário da discussão realizada ao longo de toda a UC. Efetivamente, consideramos que esta lição tem um significado particular nas aprendizagens dos estudantes. Ao corresponder ao momento final de discussão dos conteúdos programáticos, convocamos na aula n.º 12 temas e problemáticas transversais da UC, desenvolvidos ao longo do semestre nas diferentes tipologias de aulas, sejam as mais expositivas onde exploramos os conteúdos programáticos basilares da UC; sejam as de orientação tutorial, nas quais se acompanha a investigação autónoma desenvolvida pelos estudantes; sejam também as aulas de campo, através do contacto com as práticas patrimoniais, conforme se explorou ao longo do Relatório da UC. Entendemos, por isso, este momento da UC como um dos mais profícuos para testar o impacto que os conteúdos lecionados ao longo das aulas anteriores tiveram, portanto, nas aprendizagens dos estudantes e aferir como estes contribuíram para a potenciação do seu sentido crítico. Destacamos a natureza problematizante dos conteúdos aqui tratados, exercício de análise crítica que só se torna exequível no momento final do plano de aulas.

Uma outra razão nos levou a escolher esta lição, que se prende com as perspetivas académicas e profissionais que a mesma abre aos estudantes. Ao longo dos últimos anos, temos registado um alargamento do campo de estudos e das práticas centradas no património à escala local. Conforme se pode verificar no *curriculum vitae* submetido às presentes provas, e como também tivemos oportunidade de registar no Relatório da UC, temos vindo a orientar um conjunto já significativo de dissertações, estágios e projetos de mestrado, mas também de teses de doutoramento, que abordam práticas patrimoniais à escala local e comunitária. Através do exercício de orientação, alargamos constantemente a rede de relações institucionais do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, bem como do Doutoramento em Estudos de Património. A rede que se cria e se alarga de ano para ano permite conhecer novas práticas que convocamos nas

aulas, ampliando o leque de modelos de análise. Além disso, através das orientações e dos projetos de colaboração que delas decorrem, procuramos cimentar o lugar do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP enquanto parceiro institucional, científico e pedagógico privilegiado. Dizer, ainda, que alguns estudantes têm encontrado, neste contexto, as suas saídas profissionais, o que atesta o reconhecimento do setor pela formação obtida.

Por fim, não podemos deixar de invocar a atualidade do tema para a escolha desta lição, pois espelha, de forma cabal, um olhar contemporâneo e prospetivo presente nos Estudos Críticos do Património, como tivemos oportunidade de desenvolver nos Fundamentos do Relatório da UC (p. 11 e ss.). Consideramos que a problematização do papel das comunidades patrimoniais no reconhecimento e na valorização do património de proximidade carece de uma reflexão urgente. Não tanto questionando a sua legitimidade e até o *modus operandi*, mas antes problematizando-o a partir das pretensões e da interpretação que dele fazem os especialistas, sejam eles institucionais ou académicos.

Objetivos de aprendizagem

Conforme se indicou no Relatório da UC de Estudos e Práticas do Património, os objetivos específicos da aula n.º 12 são os seguintes:

- 1. Definir o que é uma comunidade patrimonial.*
- 2. Identificar os mecanismos e os modelos de participação cidadã na valorização do património.*
- 3. Entender o conceito de “património de proximidade”.*
- 4. Reconhecer os organismos de proximidade com competências em matéria de património cultural.*
- 5. Diferenciar estratégias de ação top-down e bottom-up.*
- 6. Compreender como o AHD reconhece a escala comunitária.*
- 7. Estabelecer a relação de complementaridade entre AHD e os discursos comunitários sobre o património.*
- 8. Analisar criticamente casos de estudo que conciliam os vários discursos do património.*

Considerando o objetivo problematizante da lição, e o contexto para o qual foi concebida, adotamos os mesmos objetivos específicos no documento que agora se apresenta.

De um modo geral, a lição escolhida concorre para o cumprimento da totalidade dos objetivos de aprendizagem apresentados na Ficha da UC de EPP no Sigarra, discutidos no Relatório da UC (pp. 22-23), e dos quais destacamos os seguintes por serem mais preponderantes:

- 1. Identificar atores, modelos e boas práticas patrimoniais.*
- 2. Descrever as principais tendências de investigação internacionais no campo dos estudos críticos do património.*
- 4. Analisar criticamente cartas e convenções internacionais, a legislação portuguesa e suas aplicações.*
- 5. Propor modelos fundamentados para potenciar o valor económico do património enquanto agente de desenvolvimento sociocultural.*

8. Comparar e discutir as principais tendências de investigação internacionais no campo dos estudos críticos do património.

Ao nível das competências de aprendizagem e de inovação, enquadradas no modelo pedagógico promovido pela UNESCO, *P21 Framework for 21st Century Learning* (2009), esta lição concorre para a promoção do pensamento crítico. Deste modo, e de acordo com a taxonomia de Bloom por nós explorada no Relatório da UC (p. 23-24), esta lição contribui para diversas aprendizagens dos estudantes, das quais destacamos a aplicação do conhecimento em situações concretas; a avaliação e o estabelecimento de relações entre partes e, ainda, o exercício de julgamentos com base em critérios específicos e escudados no conhecimento fundamentado.

Por fim, e em resposta aos objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) a desenvolver pelos estudantes do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, procura esta lição contribuir de um modo específico para aquele que almeja que os estudantes “se tornem agentes ativos na mobilização social para a intervenção e fruição patrimonial, bem como para a salvaguarda e para a divulgação do Património” ([MHAPCV](#)).

Conteúdos da lição

Heritage is a performance and a set of practices that are mobilised to mediate social and political change. Heritage, under this definition, is not in itself sites and places. It is rather a performative act of heritage-making in which aspects of the past are brought to bear on the present to address contemporary social problems often centered on claims to identity and belonging or exclusion.

Smith, 2025, p. 2.

1. Introdução. Conceitos base da lição

Esta lição está estruturada em diferentes secções que procuram, de forma gradativa, conduzir os estudantes na problematização da escala local e comunitária do Património Cultural e na compreensão do que se entende pelo conceito de “património de proximidade”. Num primeiro momento, mobilizamos os conceitos base da lição, a maior parte dos quais foi tratada ao longo das aulas anteriores, conforme se detalha no Relatório da UC e que exploramos de igual modo nos seus Fundamentos. Num segundo momento, discutimos o conceito de comunidades patrimoniais a partir da análise da doutrina internacional e do quadro normativo e procuramos compreender, à luz da escala local e comunitária, como se processa o reconhecimento dos bens patrimoniais e, através dessa ação, se constrói o património de proximidade. A terceira secção da aula é a mais densa, pois aborda os mecanismos que legitimam as práticas patrimoniais à escala de proximidade, nomeadamente através das Associações de Defesa do Património, das Associações de Municípios, das Redes de Monumentos e da interação entre as organizações culturais e educativas.

Iniciamos a lição por posicionar a nossa abordagem colocando aos estudantes a seguinte questão no slide de abertura: “Quem decide «o que é Património»”?

Começamos por propor a análise duma citação que se deve a Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1998, p. 23) e na qual nos diz que,

O Património é uma herança, é a «memória da comunidade» e é o que lhe «favorece a qualidade de vida». A ligação do Património à comunidade é uma radicalidade, mas ele só o é, verdadeiramente, quando esta realmente o assume e toma consciência dele.

Partindo desta premissa, construímos o fio condutor da lição, que tem, a montante, as seguintes questões, que, considerando sua complexidade, não as apresentamos, num primeiro momento, aos estudantes.

Como se delimita uma comunidade patrimonial?

Existe realmente uma escala comunitária na abordagem do património cultural?

Que mecanismos legitimam a atuação das comunidades patrimoniais?

Estaremos nós a institucionalizar a escala comunitária?

Estas questões estarão presentes ao longo da aula através das problematizações que lançamos, provocando a desejada discussão com os estudantes.

A partir da citação acima, na qual se destaca a relação que uma comunidade estabelece com o património, através do uso dos verbos “ver” e “assumir”, começamos por discutir as ações que se produzem neste contexto. Olaia Fontal dá particular atenção à problemática dos verbos quando, em património cultural, se procura conceptualizar os vínculos. Segundo a autora, os verbos, ao convocarem a ação, são fundamentais para explicar “relaciones constantes (y diferentes entre sí) de las personas con esos bienes” (Fontal, 2023, p. 5), ou seja, permitem-nos compreender os vínculos reais que as pessoas estabelecem com esses bens e, de igual modo, determinar as ações dominantes de cada um deles.

A partir desta análise, é-nos possível retomar o conceito de património enquanto processo cultural de reconhecimento, explorado na aula n.º 3 no Relatório da UC (p. 62 e ss.), para introduzir as problemáticas principais da lição.

Para Laurajane Smith, o processo de reconhecimento do património assenta em atos de memória que permitem compreender e interagir com o presente e é por isso que a autora entende que “heritage is a performance and a set of practices that

are mobilised to mediate social and political change” (Smith, 2025, p. 2). Para Smith, o património é acima de tudo um ato performativo (*heritage-making*), no qual aspetos do passado são trazidos para o presente para abordar problemas sociais contemporâneos, muitas vezes centrados em reivindicações de identidade e de pertença, contribuindo assim para a apropriação de um dado bem, ou até por oposição, à sua exclusão (Smith, 2025, p. 2).

Sendo o património considerado representativo de uma dada comunidade, independentemente da sua escala global, nacional ou local, a verdade é que é sempre representativo ou expressão de uma identidade, o que certamente impacta a forma como é usado pela sociedade (Smith, 2025, p. 22). Contudo, esta ideia de “identidade” tem de ser matizada, pois não é inata aos indivíduos ou às coletividades. É uma construção que, fundada em valores e experiências comuns, os grupos constroem para alcançar um sentido comum de pertença referencial e, logo, uma forma de autorrepresentação (Smith, 2025, p. 22). Conforme Smith,

Heritage is often identified as something inclusive or as “shared”, which speaks to positive aspects of identity and people’s well-being; in short, something which tends to engender affirming feelings of confidence and collective self-esteem. Nonetheless, heritage excludes as much as it includes, as any definition of heritage will define who is part of the ‘ingroup’ and who is not (Smith, 2025, p. 23).

A citação de Ferreira de Almeida, mencionada acima, termina com o ato através do qual uma comunidade “toma consciência” do seu Património, numa perspetiva inclusiva, cuja ligação decorre da ativação da memória coletiva. Assim, na continuidade da reflexão em curso, convocamos o conceito de patrimonialização, que constitui um dos pilares da UC, para conduzir a nossa reflexão e sedimentar as bases conceptuais fundamentais dos estudantes, relacionando-as.

Entendemos por patrimonialização o “processo de construção social e cultural resultante da produção de múltiplas representações pelos diferentes grupos sociais e pela evolução dos valores patrimoniais” (Botelho & Albuquerque, 2020, p. 8). Este conceito refere-se, como dissemos no Relatório da UC (pp. 17-18; p. 62 e ss.), ao processo pelo qual determinados elementos culturais ou naturais

são reconhecidos, protegidos e preservados (convertendo-os, assim, em bens culturais) como parte do património de uma comunidade, de um país ou da humanidade em geral.

Efetivamente, ao longo das aulas anteriores, foram identificados vários atores institucionais à escala internacional e nacional que, através de um discurso autorreferencial e hegemónico, são importantes decisores no processo de reconhecimento, proteção e valorização de um conjunto diversificado de bens culturais, materiais e imateriais. Apoiados, mas também condicionados, pelo *Authorised Heritage Discourse* (AHD), conceito proposto por Laurajane Smith (2006), integram este *corpus* de atores os especialistas que atuam ao nível das tutelas, que participam de organismos internacionais e, inclusive, os investigadores que, a partir da Academia, acrescem conhecimento a todo o processo (Smith, 2025, p. 29). Enquanto discurso dominante, é através destes atores que se forja um discurso institucional sobre o património, assim autorizado, espelhado na doutrina internacional e nos quadros legislativos dos patrimónios culturais nacionais, mas que se reflete e condiciona as práticas patrimoniais, definidas através de planos de gestão e dirigidas por políticas públicas. Conforme se explorou ao longo das aulas da UC, anteriores a esta lição, este discurso *top-down* legitima o que preservar, por que preservar e como preservar.

Embasamos, por fim, o quadro teórico da lição ao recuperar o contributo da Carta de Burra de 1999 (ICOMOS Austrália, 1999) e que constitui um marco da afirmação do conceito de significado cultural como ponto central para a gestão e ação sobre o património, que introduzimos na aula n.º 3. Conforme dissemos no Relatório da UC, o significado cultural decorre do conjunto de valores (os porquês) que são intrínsecos (valores materiais, logo mais objetivos) ou extrínsecos (valores imateriais, logo mais subjetivos) ao bem (o atributo, o “o quê”; o que conservar) (pp. 64-65). Ora, considerando que o ato de reconhecimento é, nas palavras de Laurajane Smith, uma construção social, passaremos a analisar o papel dos atores comunitários neste processo. Avançamos, deste modo, para concretizar os objetivos específicos desta lição.

2. Comunidades Patrimoniais. Do reconhecimento à patrimonialização

Conforme abordamos na aula n.º 2 do Relatório da UC (p. 56), a ideia de património alcançou na sociedade em geral um entendimento que se enquadra já naquilo que se pode considerar ser o “senso comum”, pois está bem generalizada a noção de património baseada no objeto material, sendo este constituído por “items such as, among other ‘things’, buildings, archaeological sites, artefacts, museum collections, landscapes and works of art” (Gramscian *apud*. Smith, 2025, p. 6). Estamos em crer que a generalização desta ideia para lá da esfera institucional espelha o alcance do AHD junto da sociedade civil. Além disso, não podemos descurar a função identificadora que caracteriza, no âmbito do património cultural, o conceito de monumento, conforme se explorou na aula n.º 4 (pp. 70-71). De facto, alcançou grande preponderância, sob a égide do AHD à escala nacional e internacional, uma ideia de monumento associada à função de eternizar a “recordação de coisas memoráveis” (Choay, 1999 e Choay, 2011).

Seguindo um raciocínio idêntico, poderíamos dizer que a ideia de “comunidade” também é hoje assumida a partir de um idêntico “senso comum”. A consulta da sua definição, apresentada no Dicionário em linha da Língua Portuguesa da Porto Editora (Comunidade), enfatizando a ideia de partilha, confirma-o de forma cabal pois remete-nos para um “conjunto de pessoas que vivem num determinado território, sob um governo comum e partilhando uma herança cultural e histórica” ou para “qualquer conjunto de indivíduos organizados de forma coletiva ou unidos por algum traço comum”. Para lá da identificação de referenciais geográficos, históricos ou sociais, o que faz de um conjunto de pessoas que participam de uma comunidade tornar-se numa “comunidade patrimonial”?

A *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* da UNESCO (2003) propõe uma nova abordagem ao conceito de comunidade. Segundo Laurajane Smith, as comunidades são aqui identificadas como os principais atores na salvaguarda das expressões e manifestações que compõem o Património Imaterial (Smith, 2025, p. 15). Segundo esta autora, esta Convenção desafia o próprio AHD, pois incita os especialistas a promover o envolvimento das comunidades como parceiras ativas no processo de salvaguarda e valorização,

considerando a sua natureza viva (Smith, 2025, p. 15). De facto, o conceito de Património Imaterial reforça a ideia de que o património, independentemente de como seja definido, só o é quando é usado e compreendido num contexto criativo contínuo.

O conceito de comunidade patrimonial está contemplado na Convenção-Quadro de Faro do Conselho da Europa (2005), que procura agregar sob um denominador comum “pessoas que valorizam determinados aspetos do património cultural” (art.º 2.º). Considerando o carácter vago da definição proposta pela Convenção-Quadro de Faro, apresentamos de seguida a proposta presente no Documento *Nara+20* (2015), aprovado em 2014, pois consideramos que, embora não muito, é um pouco mais alargada que a anterior, pelo que a transcrevemos aqui (tradução nossa):

Todo o grupo de pessoas que partilha características culturais e sociais, interesses e uma aparente continuidade ao longo do tempo, distinguindo-se assim de outros grupos. Algumas das características, interesses, necessidades e perceções que definem o carácter distintivo de uma comunidade estão diretamente ligadas ao património.

Tal como referimos no Relatório da UC (p. 113), destacamos a ideia de permanência e de continuidade subjacente a esta definição, bem como o sentido de identidade e de pertença, que aqui são assumidos como elementos caracterizadores daqueles que se reconhecem como pertencentes a um mesmo grupo, do qual decorrem interesses, necessidades e perceções comuns.

Na discussão que se lança aos estudantes, ressalva-se desde logo que se tratam ambas de definições institucionais e que, por isso, foram construídas no sentido *top-down*. Além disso, estas definições emanam de uma comunidade internacional geralmente eurocêntrica e, em momento algum, se afirma que não há uma definição ou um modelo de comunidades patrimoniais (Carabelli *et al.*, 2022, p. 186). Será que as comunidades *ditas* patrimoniais têm consciência dos denominadores comuns que partilham entre si? Ou serão estas comunidades *ditas* patrimoniais uma construção institucional? E dentro destas comunidades patrimoniais, não coexistem “comunidades e identidades de pequena escala,

como [as] religiosas, profissionais, de classe, que podem, ou não, entrar em colisão com a identidade cultural local” (Oliveira, 2025, p. 199)?

Independentemente do modelo de organização dos grupos que constituem as comunidades ditas patrimoniais, a verdade é que a doutrina internacional tem promovido paulatinamente a participação da sociedade civil, leia-se dos cidadãos não especialistas e não imbuídos de um AHD, na valorização e promoção do património cultural. Interessa-nos, neste momento, convocar documentos que o demonstrem e que permitam aos estudantes compreender o seu alcance alargado.

Conforme especificamos no Relatório da UC, na aula n.º 12 (pp. 113-114), a nossa análise começa pela Convenção-Quadro de Faro do Conselho da Europa (2005), considerando a sua natureza democrática e inclusiva, que dedica o seu art.º 12.º ao “acesso ao património cultural e participação democrática”. Abordamos este artigo com os estudantes para que identifiquem o relevo que, neste documento seminal, se dá à participação cidadã no processo patrimonial, nomeadamente no que diz respeito à valorização do património, com o qual se identificam as diferentes comunidades patrimoniais. Além disso, destacam-se aqui outros organismos de proximidade, como as organizações não lucrativas, cujo papel na realização de atividades de mediação e valorização é destacado. Ora, prevê esta Convenção-Quadro que os cidadãos atuem no âmbito do seu património de proximidade, através de organismos reconhecidos.

A *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana* (2011) constitui outro ponto-chave para a afirmação da escala comunitária, precisamente pela valorização do papel das comunidades na preservação dos sítios patrimoniais, pelo que a convocamos neste contexto, centrando a discussão no seu ponto 13, que nos diz que “a abordagem da paisagem histórica urbana aprende com as tradições e as perceções das comunidades locais, respeitando os valores das comunidades nacionais e internacionais”. Trata-se de uma proposta claramente institucional, emanada da própria UNESCO, mas que promove a participação cidadã nos processos de valorização institucional, tal como já propugnava a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (UNESCO, 2003). Esta abordagem não é, portanto, isolada no quadro da doutrina internacional.

Através da *Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial* de 2002, a UNESCO dá os primeiros passos institucionais no sentido do reconhecimento da importância das comunidades no processo de reconhecimento do património e nas práticas de salvaguarda patrimoniais. Esta Declaração dá particular destaque ao papel das comunidades na valorização e gestão do património cultural, promovendo os chamados “5 C’s da UNESCO”: Credibilidade, Conservação, Capacitação, Comunicação e Comunidades (The “[Five C’s](#)”). Na *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana* (2011) percebemos bem quanto significativo é, ou deve ser, o papel das comunidades na definição de estratégias de valorização do património cultural, promovido através de um “diálogo intercultural”, da mediação e da negociação entre estas e os atores institucionais com competências sobre a matéria.

Mais recentemente, a *Carta do Porto Santo* (2021), apresentada no âmbito da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia a 25 de abril de 2021, procurando promover a partir de uma dimensão Europeia, “uma cidadania cultural plena”, desenvolve um conjunto interessante de recomendações específicas aos cidadãos, propondo que seja reforçado “o sentido de pertença à comunidade e a coexistência pacífica entre comunidades distintas, através da responsabilização de todos pelos patrimónios de proximidade, enquanto «bem comum» que importa não só conhecer e preservar mas questionar, refletir, discutir, aprender a reinterpretar e recontextualizar” (Conferência do Porto Santo, 2021, Recomendação n.º 31). Além de se afirmar no texto a ideia de “património de proximidade” como identitário e partilhado, afirma-se um princípio de responsabilização coletiva e individual diante do mesmo: “Reconhecer o património cultural de proximidade como património próprio e comprometer-se em ser um agente cultural que participa no processo de identificação, de salvaguarda, proteção, comunicação, reinterpretação desses patrimónios” (Recomendação n.º 33). Segundo Cátia Oliveira, a introdução do conceito de “património de proximidade” neste contexto configura-se “como mais uma tentativa de «aproximar» o património aos contextos locais, colocando as comunidades enquanto protagonistas na gestão dos seus bens culturais (Oliveira, 2025, p. 64).

Neste momento, não podemos deixar de invocar novamente os verbos que informam aquilo que Olaia Fontal designou como “sequência dos processos de patrimonialização”: “conocer, comprender, respetar, valorar, cuidar, disfrutar y transmitir el patrimonio” (Fontal, 2023, p. 6).

Como desenvolvemos no Relatório da UC (pp. 114-115), a estratégia de ação afirmada de cima para baixo concorre para potenciar um maior envolvimento de todos, através da participação cidadã, e reforçar o sentido de pertença das comunidades, tal como dizia Ferreira de Almeida. A partir do conhecimento de proximidade e da ligação afetiva e comprometida ao património, potencia-se o desenvolvimento de ideias inovadoras que não têm de ser necessariamente desenhadas por especialistas. A experiência patrimonial dos atores de proximidade permite desenvolver soluções mais ajustadas às necessidades concretas das comunidades que geram e gerem o bem patrimonial. A performance patrimonial alarga-se assim, na base, a atores que abordando aquilo que a literatura denomina de “património de proximidade”, de “património do quotidiano” ou de “património afetivo”, não têm de ter um discurso autorizado, mas decorrem antes uma narrativa ou de representações sobre um conjunto de bens e de práticas que decorre da relação umbilical que a sua memória e a sua identidade estabelecem com os mesmos. Ana Rita Albuquerque (2022, p. 166) aplica neste contexto o conceito de “património a partir de baixo”, considerando que a multiplicação de redes de significados potencia o aparecimento de discursos e de representações patrimoniais que escapam ao domínio hegemónico do AHD, através de um contradiscurso, conforme vimos no Relatório da UC (pp. 16-17). A literatura francófona que explora esta matéria, destaca na sua abordagem os “groupes marginaux ou liminaux, travaillant en marge ou même dans les interstices en matière de patrimoine, mais unis par des valeurs partagées” que, não configuram organismos reconhecidos e dotados de estatuto oficial, mas que assumiram a responsabilidade da gestão e da interpretação “d’une forme particulière de patrimoine, souvent de leur propre fait” (M. Joannette et J. Mace (2019), *apud*. Carabelli *et al.*, 2022, p. 186)

É, pois, neste contexto que se alarga definitivamente o *corpus* patrimonial e se constroem os discursos comunitários sobre o património. Com a construção patrimonial, multiplicam-se as redes de significados, surgem novas hierarquias de valores patrimoniais e desenvolvem-se novos discursos e representações patrimoniais que escapam, de facto, ao domínio hegemónico do AHD.

Neste momento da aula, é-nos possível recuperar o modelo dos “tempos da patrimonialização”, abordado no final da aula n.º 3, pois a sequência de atos conducentes ao processo de patrimonialização propostos por Fontal consubstancia-se em atos de apropriação do património de proximidade das comunidades patrimoniais. Ao ato de reconhecimento, mesmo que este seja orgânico, sucede uma consciência que conduz à preservação, valorização e transmissão do bem cultural. O reconhecimento torna-se agora informado e, por isso, mais comprometido. Desta transmissão decorre, a par de uma evidente expansão patrimonializadora, um alargamento do leque de atores e, simultaneamente, a identificação de condicionalismos aos mais diversos níveis, o que leva, de certa forma, a que se procurem mecanismos que enquadrem e legitimem, jurídica e financeiramente, a sua atuação.

Conforme já apontamos no Relatório da UC (pp. 115-116), a abordagem dirigida ao património de proximidade, assim entendido, parte da base da sociedade (*bottom-up*) e pode começar de forma orgânica, “a partir de baixo”. Mas, pelo movimento ascendente que cria, o processo de patrimonialização acaba por ser reconhecido pelas mais altas autoridades, ou seja, pelos especialistas institucionais e académicos. Deste reconhecimento deriva, assim, a legitimação dos grupos ou comunidades patrimoniais nessa mesma base social, autorizando-os na sua atuação. Inversamente, no sentido *top-down*, desenham-se estratégias de ação que respondem a uma visão global, ao nível das propostas alinhadas com objetivos e estratégias gerais, de alcance mais alargado e que, através do quadro normativo criado e das políticas públicas desenhadas, definem os limites de atuação e pressupõem um controlo da atividade desses grupos ou comunidades patrimoniais, regulando-as aos mais diversos níveis.

Serão os movimentos ascendentes e descendentes destas estratégias de ação antitéticos? Ou serão antes complementares? Como se consubstanciam os discursos, as representações e as experiências performativas do património nas abordagens *top-down* e *bottom-up*? Avançamos, neste momento, para a identificação e compreensão dos organismos de proximidade com competências em matéria de património cultural.

3. Atores institucionais na escala comunitária. Negociação e mediação

- Associações de Defesa do Património

Conforme tivemos oportunidade de referir no Relatório da UC (p. 115), é através de organismos mais comuns e mais próximos do terreno que as abordagens centradas no património de proximidade encontram o seu palco de atuação, sendo, por isso, potencialmente mais participativas e mais descentralizadas do que aquelas que se realizam a partir das tutelas e que estão imbuídas de um evidente AHD.

Assim, num primeiro momento, falamos das organizações sem fins lucrativos, enunciadas na Convenção-Quadro de Faro e acima referidas (art.º 12.º). A estas acrescentamos os “institutos culturais, associações de defesa do património cultural e outras organizações de direito associativo”, contemplados na Lei-Base do Património Cultural Português (PORTUGAL. Assembleia da República, 2001, art.º 10.º), que, assim, alcançam legitimidade institucional para atuar no campo do património. Conforme se aprecia no Relatório da UC, avançamos na lição para a abordagem dos mecanismos existentes, e já convocados, que permitem à denominada sociedade civil desenvolver ações e implicar-se na defesa do património cultural (González-Varas, 2015, pp. 71-75).

Através dos organismos inscritos no quadro local e comunitário, e por isso mais próximos do cidadão, as Associações de Defesa do Património ou as plataformas cidadãs são atores privilegiados para desenvolverem ações a partir e com as bases da sociedade civil. Partindo do pressuposto de que cada comunidade desenvolve uma consciência dos “seus próprios” valores culturais (González-Varas,

2015, p. 71), conforme indicia o já referido art.º 2.º, na alínea c, da Convenção-Quadro de Faro, há que compreender como o associativismo se configura, na sua origem, como um modelo de mobilização cidadã.

O crescimento do número de Associações de Defesa do Património em Portugal (ADP) é mais evidente no pós-25 de Abril e a sua ação está marcada pelas relações destas com a sociedade civil e com o Estado (Caninas, 2010). A proliferação destes organismos, cuja adesão é de natureza voluntária, contribuiu, pelo seu campo de ação, para um entendimento do património de proximidade por parte das pessoas que se identificam com os bens patrimoniais e os integram nas suas vivências quotidianas. Conforme Gonçalves *et. al.*, estas associações “tomam a dianteira deste «fazer cultura» pelas próprias mãos, lideradas pelas pessoas que conviviam com o referido património numa base diária” (2020, p. 66).

Considerando a sua diversidade, o carácter de proximidade e, inclusive, o seu potencial para futuras colaborações dos estudantes, ao nível académico e profissional, avançamos para a compreensão do que são, efetivamente, as Associações de Defesa do Património à luz da Lei (*Lexionário. Estruturas associativas de defesa do património cultural*). Assim, as ADP são associações privadas, sem fins lucrativos e criadas livremente segundo os modelos do direito privado e nos termos da lei geral, marcadas por um regime de gestão voluntarista, financeiramente dependendo de quotas de associados (que a elas se associam voluntariamente) e dependentes das necessidades e dos tempos político-partidários (Gonçalves, *et. al.*, 2020, p. 66). Em termos concretos, as ADP são constituídas especificamente para promover a defesa e o conhecimento do património cultural, o que consta dos seus estatutos (Macedo, 2018, p. 15).

Neste momento da aula, damos particular atenção a algumas das Recomendações feitas aos Cidadãos presentes na Carta do Porto Santo de 2021, por ser evidente o convite que esta lhes dirige ao envolvimento em “movimentos culturais associativos” (n.º 35) e à participação em debates e “consultas públicas sobre políticas culturais e educativas” (n.º 36). Não obstante o enquadramento jurídico que legitima a atuação destes organismos na base da sociedade civil, não podemos deixar de referir que, considerando o *status quo* alcançado pelas tutelas,

estas estruturas viram o seu alcance efetivo reduzido na preservação e divulgação do património cultural. No estudo dedicado à *Avaliação do Valor Económico e Social do Património Cultural em Portugal*, conduzido por Catarina Valença Gonçalves, José Carvalho e José Tavares, procura-se compreender o porquê desta circunstância (Gonçalves *et. al.*, 2020, p. 67). Entre as causas apontadas, destacamos a questão geográfica. De um modo geral, estas ADP surgem nos chamados “territórios periféricos (isto é, fora de Lisboa e do Porto)” e alerta-se para a ausência de procura destas áreas do país, apesar de Portugal ter sido eleito o Melhor Destino do Mundo nos World Best Travel Awards em 2017, 2018 e 2019 (Gonçalves *et. al.*, 2020, p. 67).

Ora, se estas ADP decorrem de movimentos que se afirmam a partir da base da sociedade e que assumem como estandarte a defesa do património de proximidade, estas constituem excelentes plataformas para mobilizar bens artísticos e arquitetónicos, urbanos e paisagísticos, manifestações e práticas, que se encontrem fora do radar das “instituições patrimoniais autorizadas”, para convocar a designação que lhes atribuiu Laurajane Smith (Smith, 2006, p. 87). Integrando a discussão na abordagem feita na Aula n.º 4 (p. 73 e ss.), centrada no processo de expansão patrimonializadora, identificamos ainda modelos de proximidade que reclamam um princípio identitário, o que nos permite, ainda, tecer um paralelismo com aquilo que Vítor Serrão denominou de “Micro-história da arte” por se centrar em “zonas espaço-temporais em situação de periferismo, isto é, aparentemente fora dos *pólos*, dos *tempos* e dos *centros* como tal considerados” (Serrão, 2024, p. 43).

Na sequência da nossa reflexão, apresentamos como modelo de reconhecimento institucional do alcance das organizações à escala local o resultado de um encontro ocorrido em 2022 e promovido pela extinta Direção Regional de Cultura do Norte, realizado no âmbito da celebração dos 20 anos de inscrição do Alto Douro Vinhateiro (ADV) na Lista do Património Mundial, e que resultou numa publicação (Castro, 2023) intitulada “Por Amor ao Património”. Esta obra “reúne testemunhos de quem lida de perto com a defesa do Património”, reconhecendo o quão relevante é o seu papel no terreno e que está já, como vimos,

devidamente presente tanto nos documentos normativos e estratégicos que definem as políticas públicas do setor, como também o está no âmbito da produção académica produzida nas últimas décadas (Castro, 2023, p. 6-7).

- **Associações de Municípios**

A partir do estudo que tece um diagnóstico sobre o valor social e o valor económico do património cultural em Portugal (Gonçalves *et. al.*, 2020), convocamos outro modelo de entidades associativas, que promovem projetos de desenvolvimento local de base patrimonial, fora do espectro da Administração Central: as associações de municípios. Promovendo uma cooperação intermunicipal entre vários municípios com áreas de interesse comum, em Portugal, estas associações têm personalidade jurídica própria e permitem gerir projetos, serviços e políticas públicas de forma conjunta, conforme se determina na Lei n.º 172/99, de 21 de setembro (PORTUGAL. Assembleia da República, 1999), que estabelece o regime jurídico comum das associações de municípios de direito público. Entendendo este modelo de associativismo, procuramos identificar quais são os mecanismos ao seu alcance, a partir da Associação de Municípios do Vale do Sousa ([Valsousa](#)), o que nos permite abordar simultaneamente o modelo da [Rota do Românico](#).

Constituída em 1998, a Rota do Românico assume-se desde o primeiro momento como um projeto fundado numa forte base territorial:

Ancorada num conjunto de bens patrimoniais de grande valor e de excecionais particularidades, esta Rota pretende assumir um papel de excelência no âmbito do turismo cultural e paisagístico, capaz de posicionar a região como um destino de referência do românico (Quem Somos, [Rota do Românico](#)).

A noção de rota é “a pedra basilar” em face da qual os edifícios que a integram ganham expressão no seu todo e não em face da unidade (Machado, 2023, p. 99). Aproveitamos ainda este momento para compreender o que configura uma rota, pelo que convocamos o projeto de Rotas ou Itinerários Culturais – [Cultural Routes](#) – lançado pelo Conselho da Europa em 1987 na aula n.º 10. Pouco tempo

depois, já na década de 1990, as rotas são reconhecidas pela UNESCO como parte integrante do nosso património cultural, sendo assim definidas por este organismo:

The concept of heritage routes is shown to be a rich and fertile one, offering a privileged framework in which mutual understanding, a plural approach to history and a culture of peace can all operate. It is based on population movement, encounters and dialogue, cultural exchanges and cross-fertilization, taking place both in space and time (UNESCO, 1994).

A Rota do Românico constitui um excelente exemplo de rota devidamente estruturada, que, desde 2009, integra a [Transromânica](#), Rota Cultural certificada pelo Conselho da Europa em 2007 (Machado, 2023, p. 98). No total, a Rota do Românico incorpora hoje um conjunto de 58 monumentos e três centros de interpretação, cuja visita pode ser realizada em três percursos: Vale do Sousa, Vale do Tâmega e Vale do Ave. Os testemunhos românicos da região constituem, assim, o denominador comum que agrega os interesses dos municípios em associação. A sua Missão é clara:

Contribuir para o desenvolvimento sustentado do território dos vales do Sousa, Douro e Tâmega, através da valorização do património cultural e arquitetónico de estilo românico, criando um produto turístico e cultural de excelência (Quem Somos, [Rota do Românico](#)).

Partindo da análise deste texto, procuramos compreender como a Rota do Românico pretende afirmar-se como “uma referência pelo contributo para o desenvolvimento sustentado do território do Sousa, Douro e Tâmega” (*Quem Somos, [Rota do Românico](#)*), analisando este caso de estudo à luz dos *Novos Usos do Património* presentes nos conteúdos programáticos da UC de EPP.

A Rota do Românico é um projeto de natureza pública, local e regional, assente em financiamento nacional e europeu (Gonçalves *et. al.*, 2020, p. 71). E, por esta razão, constitui um ator institucional que atua à escala comunitária, mas que, ao mesmo tempo, está sob a égide do AHD nas escalas nacional e internacional, por ser destas dependente.

Das várias ações desenvolvidas pela Rota do Românico ao longo da sua existência, cabe destacar como esta, concorrendo para a salvaguarda do parque patrimonial dos monumentos sob a sua alçada e para a promoção turística da

região (nos seus [Programas Turísticos](#)), potencia o desenvolvimento do território de proximidade sobre o qual atua.

Recordamos neste momento a noção de Património Cultural proposta pela Convenção-Quadro de Faro (art.º 2-a), que exploramos no Relatório da UC (p. 14), e destacamos quão dinâmico é o conceito de recurso, entendido na sua qualidade de meio disponível a ser utilizado. Ora, fundada em património cultural de origem medieval, a Rota do Românico ultrapassa claramente o princípio da valorização dos monumentos como fim, expandindo a noção de património cultural a outros elementos materiais e imateriais do território em que atua e que procura projetar através de vários recursos de mediação. De facto, a Rota do Românico tem-se afirmado “nos últimos anos, como um projeto de referência nacional e internacional, sendo (re)conhecido como um paradigma, em prol do desenvolvimento regional, em diversos campos de intervenção” (Machado, 2023, p. 96-97).

Em 2022, o ICOMOS aprovou a *Carta Internacional do ICOMOS sobre o Turismo do Património Cultural* que tem como subtítulo e objetivo fundamental: *Reforçar a proteção do património cultural e a resiliência das comunidades através de uma gestão responsável e sustentável do turismo*. No seu Preâmbulo reconhece-se, agora, que o património é “um recurso de natureza colectiva, entendendo-se que a fruição e a governança destes bens de fruição colectiva são um direito e um dever partilhados”. De facto, a ideia da implicação das comunidades, largamente propugnada à escala internacional, está presente nas políticas da Rota do Românico. Vejamos, entre os seus objetivos, como a Rota do Românico o assume: promover o ordenamento do território através da valorização do património; criar um novo setor produtivo capaz de gerar riqueza; contribuir para a mudança da imagem interna e externa da região; qualificar os recursos humanos da região e contribuir para a criação de uma empregabilidade qualificada (*Quem Somos? Rota do Românico*).

A sustentabilidade do território e a responsabilidade social estão presentes nas ações que a Rota do Românico tem vindo a realizar para e com as comunidades locais, com vista a facilitar o aumento da empregabilidade qualificada na região,

contribuindo assim para a melhoria da sua qualidade de vida. Acrescentam-se ainda as preocupações com a inclusão, testemunhadas pelo projeto “[Cuidadores do Património](#)”, mas também com a acessibilidade física aos monumentos e aos conteúdos mediados (Teles & Silva, 2010).

A ação da Rota do Românico não se esgota, pois, na valorização dos monumentos que a integram. Estamos, antes e por fim, diante de um exemplo de valorização dos mesmos na sua qualidade de recursos endógenos de uma dada região que, a partir dos edifícios românicos, se vê territorial, social e economicamente valorizada.

O estudo relativo ao valor económico do Património Cultural, base fundamental desta lição, entende que “do ponto de vista económico, os bens culturais são (regra geral) bens heterogéneos (únicos) e intransmissíveis (fixos), cujo valor de mercado não é concretizável e cuja natureza geográfica constitui um factor distintivo” (Gonçalves, *et. al.*, 2020, p. 27). Assume-se neste estudo como recurso endógeno “aquele que emerge ou tem origem no interior do próprio território, aplica-se ao património natural ou cultural de uma região, como elemento distintivo, identitário e um activo estratégico para o seu desenvolvimento económico e social” (Gonçalves, *et. al.*, 2020, p. 27).

Assumindo o património como um fator de diferenciação na competição entre as regiões (Machado, 2008, p. 15), a Rota do Românico resulta de uma estratégia, continuada e ainda em expansão, de desenvolvimento regional dinamizada “numa primeira linha de intervenção” pelas próprias entidades e por agentes locais (Machado, 2023, p. 17). Entende-se a sua estruturação no quadro das políticas do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) que priorizou os programas operacionais regionais, reforçando os agentes económicos e sociais regionais, sejam de iniciativa local ou intermunicipal (Pires, 2017, p. 28), o que permitiu planear uma maior descentralização do investimento, uma maior variabilidade e cobertura territorial (Pereira, 2010, p. 271). Este QCA concorreu de facto para a “geração de renovada atractividade de um território outrora apenas classificado de «deprimido»” (Gonçalves, *et. al.*, 2020, p. 71) e até de periférico. De facto, o quadro normativo existente à escala nacional, as oportunidades de

financiamento decorrentes dos Fundos Comunitários e o entendimento do património como recurso endógeno abrem caminho para o desenvolvimento de programas e a implementação de projetos com impacto territorial e social. A atitude perante os bens patrimoniais está, hoje, longe de ser passiva quando os assume como recursos de ativação territorial.

- **Redes de Monumentos**

Dando seguimento a esta abordagem centrada no património cultural enquanto recurso endógeno, convocamos outro modelo de intervenção no património, à escala do território: a Rede de Monumentos Vale do Varosa (*Vale do Varosa. Monumentos*). Ancorada na presença de Cister no Vale do Varosa, identificada desde o século XII, a Rede de Monumentos do Vale do Varosa foi desenvolvida no contexto da extinta Direção Regional de Cultura do Norte a partir de 2009, na sequência da candidatura apresentada à linha de financiamento europeu “ON.2 – o Novo Norte, Programa Operacional Regional do Norte – Turismo Douro-Infraestrutural” (QREN) (Sebastian, 2023, p. 47). Ora, apesar de a sua escala patrimonial estar claramente delimitada desde o primeiro momento, a verdade é que o modelo proposto não deixa de ser devedor do AHD, pois o modelo de gestão articulada de um conjunto de monumentos é desenhado por uma instituição dependente da administração central e rege-se a partir das políticas públicas e das oportunidades de financiamento europeu, o que nos permite recuperar algumas das abordagens da aula n.º 7.

Interessa-nos abordar este estudo de caso nesta lição, pois também articula a ideia de património à escala do território com as escalas mundial e nacional do AHD. De facto, o Projeto Vale do Varosa assenta “numa estratégia integrada a nível regional” e beneficiou “de uma elevada concentração de imóveis e elementos históricos de elevado interesse turístico-cultural, permitindo otimizar investimentos e potenciar um desenvolvimento turístico de conjunto em articulação com o Douro Património da Humanidade” (Sebastian, 2023, p. 47).

Sob o slogan “Território Histórico”, a Rede de Monumentos do Vale do Varosa volta-se para a região, a partir do seu “património único”, ou seja, de um importante

conjunto de monumentos nacionais classificados (e.g. Mosteiros de São João de Tarouca e o de Santa Maria de Salzedas), que é necessário afirmar e divulgar no contexto do Douro Património da Humanidade. Integrando, em parte, a região do [Alto Douro Vinhateiro](#) (ADV), reconhecida pela UNESCO como Património da Humanidade (desde 2001), o território do Vale do Varosa viu, assim, a escala do projeto desenvolvido alcançar outra dimensão.

A Rede de Monumentos do Vale do Varosa, entre outros aspetos, afirmou-se pela produção de conhecimento, que se consubstanciou na criação de um conjunto diversificado de produtos (publicações, exposições e Centro Interpretativo) que acrescentam valor ao conjunto de monumentos e concorrem para o seu entendimento (e reconhecimento) como recursos endógenos catalisadores da região em que se implantam. Daqui decorre, igualmente, o desenvolvimento de uma eficaz marca territorial que, pelas relações estabelecidas com as comunidades locais, se projeta além dos próprios monumentos. Assumindo um conjunto de monumentos de origem medieval como âncora e assentando na sua impactante presença histórica na região de implantação, a Rede de Monumentos do Vale do Varosa criou, de facto, “uma imagem de um só item de elevado valor patrimonial” assente na unidade geográfica existente (Sebastian, 2023, p. 48): “Ao valor isolado e relativo, variável de cada um destes imóveis, substitui-se a ideia de conjunto, universo inter-relacionável, aproximando-se do conceito de «território histórico»” (Sebastian, 2023, p. 48).

A Rede de Monumentos do Vale do Varosa é, portanto, um exemplo da construção de uma narrativa patrimonial por atores institucionais, com impacto à escala local e que se alarga à dimensão internacional pela sua interligação com o ADV. O impacto territorial deste projeto mereceu-lhe, ainda, projeção com a atribuição de vários prémios nacionais e internacionais, entre os quais se destaca o Prémio AR&PA de Intervenção no Património Cultural, no âmbito da Bienal AR&PA – Bienal de Restauro e Gestão do Património, que decorreu em 2012 em Valladolid, Espanha (*Prémios. Vale do Varosa. Monumentos*).

- Organizações culturais e educativas

Neste momento da aula, pretendemos abordar com os estudantes outros modelos de ação com as comunidades que a Carta de Porto Santo de 2021 legitima através das recomendações que dirige “às organizações culturais e educativas” (Conferência do Porto Santo, 2021). Conforme dissemos no Relatório da UC (pp. 117-118), segundo este documento, a «Democracia Cultural» implica um novo modelo de relações entre as instituições e as comunidades, que se consubstancia no entendimento da cultura como espaço aberto à participação e à responsabilização dos cidadãos (Conferência do Porto Santo, 2021, p. 6). Assim, este documento convida as instituições a sair para o terreno para “trabalhar na e com a comunidade, e desse modo chegar a públicos excluídos” (Recomendação nº 28). Enquadramos nesta abordagem projetos que, desenvolvidos a partir da esfera académica, individuais ou coletivos, procuram praticar precisamente esta aproximação com as comunidades, pelo que recordamos, ainda, a Missão da Universidade do Porto:

A U.Porto tem por missão a criação de conhecimento científico, cultural e artístico, a formação de nível superior fortemente ancorada na investigação, a valorização social e económica do conhecimento e a participação ativa no progresso das comunidades em que se insere (Universidade do Porto. Missão e Valores).

Os projetos que vamos passar a apresentar procuram responder a este desígnio: promover uma participação ativa no progresso das comunidades de proximidade e, simultaneamente, valorizar social e economicamente o conhecimento. Como tivemos oportunidade de dizer no Relatório da UC (p. 118), entendemos este momento da aula como crucial para os estudantes que frequentam a UC de EPP, pois pretende demonstrar metodologias e caminhos de investigação-ação testados por e com estudantes, a partir da Academia. Ao mesmo tempo, estas propostas procuram responder às recomendações da Carta do Porto Santo, feitas aos cidadãos e abordadas no início desta lição, em associação com as dirigidas às organizações culturais e educativas.

Começamos por convocar um conjunto de projetos pedagógicos, colaborativos, realizados por estudantes dos vários ciclos de estudo e que

culminaram na produção de exposições virtuais na plataforma Google Arts & Culture (Botelho *et. al.*, 2017 e 2018; Botelho & Rosas, 2017). O [Google Cultural Institute](#)® é uma plataforma concebida pela Google® que tem por missão auxiliar na criação e promoção da cultura e do património, facilitando o acesso a conteúdos apresentados de diversas formas através de plataformas digitais. O acesso à plataforma, contratualizado pela FLUP em 2016, permite a criação de exposições virtuais, cujos conteúdos podem ser desenvolvidos no âmbito de projetos, eventos ou mesmo em contexto curricular.

Interessa-nos abordar as exposições virtuais como um todo para mostrar aos estudantes como estas concorrem, simultaneamente, para a produção do conhecimento; para a ativação, mediação e divulgação de bens patrimoniais nas suas diversas escalas patrimoniais, bem como constituem uma oportunidade para a criação de colaborações institucionais. Destes projetos resultaram profícuas parcerias entre a FLUP, através do CITCEM, e a Câmara Municipal do Porto, a Câmara Municipal de Sabrosa, a Cooperativa Árvore, a Misericórdia do Porto, o Cabido Portucalense, várias entidades de Vila Nova de Gaia, entre outras. As exposições virtuais constituem-se, deste modo, como importante plataforma para mobilizar diversas instituições e são ainda importantes canais para comunicar, de forma mais democrática, resultados de projetos de investigação (Conferência do Porto Santo, 2021, Recomendação nº 29).

As narrativas criadas nas exposições virtuais configuram um exercício relevante de interpretação dos bens patrimoniais apresentados, comprometido com o rigor científico e com as boas práticas institucionais. Através da partilha de conteúdos e de informações sobre sítios e bens patrimoniais com um público mais vasto, procura-se desenvolver uma abordagem mais apelativa da comunicação sobre o património, à distância de um clique.

A investigação científica rigorosa está na base da produção das exposições virtuais que integram a página da [FLUP no Google Arts & Culture](#). Quer decorram de projetos individuais ou coletivos, a experiência do sítio patrimonial e o contacto com os atores de proximidade são imperativos. Responde-se assim à já referida Recomendação n.º 28 da Carta do Porto Santo, que recomenda a “sair da

instituição para trabalhar na e com a comunidade” e à alínea b) do art.º 12.º da Convenção-Quadro de Faro (Conselho da Europa, 2005) que diz que se tome em consideração “o valor atribuído ao património cultural com o qual se identificam as diferentes comunidades”.

Uma das metodologias utilizadas para aferir, através da auscultação, o que é que tem significado para as comunidades ditas patrimoniais é a realização de inquéritos, testados já na freguesia de Ramalde (Porto), e que permitiu a Maria Beleza Juncal Pires abordar a questão das preferências visuais, afetivas e identitárias da comunidade local (Pires, 2023, p. 23). Convém notar que, no âmbito do seu estágio curricular na Junta de Freguesia deste território de atuação, a estudante beneficiou da credibilidade deste organismo, com impacto junto da comunidade de proximidade. Através de uma linguagem acessível, leia-se não especializada, e recorrendo às redes associativas do território e às redes sociais institucionais, foi possível obter um número impressionante de respostas e através delas identificar o que efetivamente a comunidade reconhece como o seu património de proximidade. No presente ano letivo, no âmbito do MHAPCV, decorrem dois estágios curriculares que procuram implementar a mesma metodologia na freguesia de Lavra (Matosinhos) e na Câmara Municipal de Paredes.

De seguida, apresentamos outra prática aos estudantes, que consiste na auscultação das comunidades a partir da análise das redes sociais (Ferreira *et. al.*, 2022, p. 66). Através da identificação de um conjunto de *hashtags* e de georreferenciações relacionados com o território é possível aferir as perceções que as pessoas têm sobre determinados bens e quais os valores que nelas reconhecem. Os comentários associados às publicações permitem-nos, de igual modo, identificar as relações que os utilizadores estabelecem com esses bens. Ana Rita Albuquerque (2022), na sua tese de doutoramento, abordou os atributos e valores da Paisagem Histórica Urbana da cidade do Porto a partir de páginas de atores institucionais e de perfis específicos de utilizadores das redes sociais, concretamente do Instagram e do Facebook. Segundo a autora, a disseminação instantânea de um sítio, por meio de uma fotografia através das redes sociais, configura uma prática que coloca o estatuto do visitante num outro patamar, “entre

expert et amateur dans le domaine du patrimoine. Il participe aussi au changement de statut du lieu et dans la diversification des catégories patrimoniales” (Albuquerque, 2022, p. 192).

Ainda em resposta à mesma Recomendação nº 28 da Carta do Porto Santo, apresentamos o projeto “Os Santos da Afurada. Arte, Devoção e Comunidade”, pois não só se enquadra no conceito de Micro-História da Arte acima referido, como também promoveu uma abordagem com a comunidade local que se consubstanciou num trabalho crítico e prolongado no tempo. Realizado no âmbito do doutoramento de Cátia Oliveira (2025), este projeto integrou ações colaborativas com uma turma do MHAPCV. Interessa-nos convocar este projeto pela diversidade de [produtos](#) de disseminação criados (Oliveira, 2025, p. 303 e ss.) e, acima de tudo, pelos resultados alcançados (Sousa *et. al.*, 2021). Em resposta à Recomendação da Carta do Porto Santos (nº 29), os resultados alcançados foram comunicados em diversos contextos e através de vários suportes e, além de mobilizar instituições do próprio território (como a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia), concorreram para “inspirar as pessoas”. Damos como exemplo o documentário produzido (Oliveira, 2025, p. 391 e ss.), as exposições virtuais disponíveis na plataforma [Google Arts & Culture](#) (Oliveira, 2025, p. 317 e ss.), nas quais a comunidade é protagonista, ou a ação realizada no contexto de encerramento da exposição que ocorreu no Centro Interpretativo do Património da Afurada (Oliveira, 2025, p. 386 e ss.). Efetivamente, considerando o quadro social da freguesia de São Pedro da Afurada (Vila Nova de Gaia), os produtos criados no âmbito deste projeto concorreram para “aumentar a sensibilização sobre o seu valor [do património], sobre a necessidade de o manter e preservar e sobre os benefícios dele derivados”, conforme recomenda a alínea d) do art.º 12.º da Convenção-Quadro de Faro.

Por fim, fazemos menção à formação FLUP “[PRR - Envolvimento das comunidades na valorização do património local \(freguesias de São Pedro da Afurada e de São João Baptista da Foz\)](#)” e que teve como formadoras Cátia Oliveira e Marisa Pereira Santos. Organizada em colaboração com as juntas de freguesia dos dois territórios que o rio Douro separa na sua foz, os resultados da formação foram apresentados publicamente no dia 23 de setembro de 2022 ([FLUP](#)), no

âmbito das Jornadas Europeias do Património que nesse ano tinham o “Património Sustentável” como tema. Este estudo de caso permite alertar, mais uma vez, para o cruzamento das várias escalas numa mesma ação ou prática patrimonial. A oportunidade de financiamento público (PRR), o programa europeu que celebra o património comum da Europa e, por fim, a exploração da implicação das comunidades a partir de uma metodologia de educação não formal, embora ministrada a partir da Academia, permitem-nos convocar outras abordagens tratadas ao longo da UC.

Os casos que aqui se apresentam são testemunho da mobilização de especialistas no terreno e concorrem para reforçar o quadro da institucionalização das ações praticadas pelas comunidades através da educação não formal e da promoção daquilo que se considera serem as boas práticas ao nível do património.

4. Considerações Finais

Independentemente da natureza dos atores e dos mecanismos utilizados, a verdade é que se torna necessária a legitimação da atuação sobre o património ao nível da base da sociedade. Esta necessidade, fundada num enquadramento jurídico e financeiro, concorre também para que se alcance a pretendida credibilidade junto das comunidades ditas patrimoniais, concorrendo para a sua capacitação aos mais diversos níveis. Mais informadas, as comunidades tornam-se mais comprometidas com a valorização e transmissão do seu património de proximidade. Ao mesmo tempo, esta legitimação torna-se também necessária diante da figura da administração central. Considerando a composição dos organismos invocados, é evidente que atuam condicionados pelo quadro jurídico mais amplo da lei geral e pela credibilidade e exequibilidade das suas ações junto das comunidades e dependem, indelevelmente, da captação de financiamento em diversas esferas determinadas pelas políticas públicas.

Através da atuação no terreno, as associações de defesa do património, as associações de municípios ou as redes de monumentos, entre outros modelos que não aqui tivemos oportunidade de abordar, concorrem para a construção do património de proximidade. Considerando o seu carácter periférico, acionam

mecanismos de reconhecimento de bens que se afastam da alçada da tutela institucional, mas que não deixam de estar por ela balizados. O reconhecimento, a valorização e a atribuição de significado cultural são, pois, negociados e mediados por estes atores institucionais à escala local, suprimindo assim lacunas na salvaguarda do património, material e imaterial, aos mais diversos níveis e concorrendo para o aparecimento e para a multiplicação de novas categorias patrimoniais. Já em 1998, Ferreira de Almeida defendia que “o Património pode ser muito mais bem defendido pelas associações locais de defesa do património e pelas forças locais que pelo poder central” (Almeida, 1998, p. 28), considerando a sua proximidade à sociedade civil.

Através da atuação dos atores institucionais à escala local, tenham eles personalidade jurídica própria ou não, ocorre definitivamente uma alteração do paradigma no processo de patrimonialização. Entendendo o património enquanto recurso, estamos diante de uma atitude dinâmica e ativa, centrada nas pessoas e sedimentada em valores prospetivos. Terminamos esta lição, tal como começamos, com uma citação que tem por objetivo criar impacto reflexivo e até emocional junto dos estudantes:

Todas as pessoas têm o direito de se implicar e de participar na valorização do património cultural, segundo as suas escolhas, como modo de assegurar o direito a tomar parte livremente na vida cultural. Daí a importância de promover e aprofundar a participação dos cidadãos na gestão e preservação do património. Daí a necessidade de situar a pessoa humana e os seus valores no centro do conceito novo, alargado e transversal, de património cultural. Por isso, destacamos o valor e o potencial do património cultural bem gerido como recurso do desenvolvimento durável e da qualidade de vida (Martins, 2020, pp. 40-41).

Referências

Indicadas aos estudantes para esta aula

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998), *Património. Seu entendimento e sua gestão*. Edições ETNOS.

Conferência do Porto Santo (2021). *Carta do Porto Santo. A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. Porto Santo (Portugal), 21 de abril. [consult. 2026-01-11]. Disponível em: <https://www.culturaportugal.gov.pt/media/9171/pt-carta-do-porto-santo.pdf>

CONSELHO DA EUROPA (2005). *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*. Faro (Portugal), 27 de outubro. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/49%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20quadro%20Conselho%20Europa%20valor%20patrim%C3%B3nio%20sociedade%202005.pdf>.

FLUP. Google Arts & Culture. In <https://artsandculture.google.com/partner/universidade-de-porto>.

GONÇALVES, Catarina Valença; CARVALHO, José Maria Lobo de; & TAVARES, José (2020), *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*, Lisboa: Fundação Millennium BCP.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio (2015), *Patrimonio Cultural. Conceptos, Debates Y Problemas. Básicos Arte Cátedra*. Madrid: Ediciones Cátedra.

ICOMOS (2022). *Carta Internacional do ICOMOS sobre o Turismo do Património Cultural*. Disponível em <https://www.icomos.org/actualite/the-new-icomos-international-charter-for-cultural-heritage-tourism-supports-a-more-responsible-and-sustainable-tourism-management/>

MACEDO, Sofia Costa (2018), *Associações de Defesa do Património em Portugal (1974-1997)*. Coimbra: Caleidoscópio.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2020), *Património Cultural. Realidade Viva*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Nara + 20: *On Heritage Practices, Cultural Values, and the Concept of Authenticity*. (2015). *Heritage & Society*, 8(2), p. 144–147. <https://doi.org/10.1080/2159032X.2015.1126115>.

PIRES, Maria Ana Beleza Ferraz Juncal (2023), *Ramalde (Porto): o património de proximidade na construção de um território educativo*. Dissertação de Mestrado,

Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/152105?mode=simple>.

OLIVEIRA, Cátia (2025), *Mais Património, et. al. Laboratórios de Educação para o Património nos territórios de São Pedro da Afurada e Aguda (V.N. Gaia)*. Tese de Doutoramento em Estudos de Património – especialização em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/168595>

Rota do Românico. In <https://www.rotadoromanico.com/pt/>.

SMITH, Laurajane (2006), *Uses of Heritage*. New York: Routledge.

UNESCO (2002). *Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial*. Budapeste, 28 de junho. Disponível em: [Declaração de Budapeste sobre Património Mundial - 2002](#)

Vale do Varosa. Monumentos. In <https://www.valedovarosa.gov.pt/>.

Utilizadas para a preparação da aula

BIBLIOGRAFIA DA LIÇÃO

ALBUQUERQUE, Ana Rita (2022), *Les attributs et les valeurs du paysage urbain historique. Nouveaux récits et expériences du patrimoine à Porto*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998), *Património. Seu entendimento e sua gestão*. Edições ETNOS.

BOTELHO, Maria Leonor; ALBUQUERQUE, Ana Rita (2020). Paisagens Patrimoniais. *CEM – Cultura, Espaço & Memória* (11), p. 7-12. DOI: <https://doi.org/10.21747/2182109711/cema>. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/10421>.

BOTELHO, Maria Leonor; ROSAS, Lúcia (2017), *Virtudes (Oporto)”: Exhibition at the Google Arts & Culture. From a Project Lab in Classroom to a “real” Cultural Management Program*. *Journal of Academic Perspectives* (2). Disponível em <https://www.journalofacademicperspectives.com/back-issues/volume-2017/volume-2017-no-2/>

BOTELHO, Maria Leonor; ROSAS, Lúcia Maria; BARREIRA, H. (2017), “Designing exhibitions at Google Cultural Institute: between pedagogical experiences and the creation of heritage diffusion products. In ALVES, L. Marques; ALVES, Pedro; e García García, Francisco (coords.), *Libro de Actas V Congresso Internacional Cidades Criativas*. CITCEM / Icono14 (1), p. 128-138.

BOTELHO, Maria Leonor; ROSAS, Lúcia Maria; BARREIRA, Hugo (2018), Designing the “Sabrosa: Landscape and Heritage” exhibition at the Google Arts & Culture: challenges and results. In BOTELHO, Maria Leonor; MURTEIRA, Helena; CÂMARA, Alexandra Gago da; BOTTAINI, Carlo; BARREIRA, Hugo; ALVES, Daniel; RODRIGUES, Paulo Simões (coords.), *Cities in the digital age: exploring past, present and future; Cidades na Era Digital: explorando passado, presente e future*. Porto: CITCEM, p. 117-124. DOI: [10.21747/9789898970107/citi](https://doi.org/10.21747/9789898970107/citi).

CANINAS, João Carlos (2010), Associativismo e defesa do património (1980-2010). In CUSTÓDIO, Jorge (coord.), *100 anos de Património. Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: IPPAR, p. 281-293.

CARABELLI, Romeo; GIGOT, Mathieu; & ROBERT, Amélie (2022), (dir.). *Identifier et caractériser le patrimoine de proximité. Vers une approche participative*. Mission Val de Loire, 978-2-9581106-0-4. Disponível em <https://shs.hal.science/halshs-03683440v1>.

CASTRO, Laura (dir.) (2023), *Por Amor ao Património*. Porto: Direção-Regional de Cultura do Norte. Disponível em <https://biblioteca.patrimoniocultural.gov.pt/catalogo/winlibimg.aspx?skey=&doc=31507&img=10975>

CHOAY, Françoise (1999), *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

CHOAY, Françoise (2011). *As questões do património: antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.

Comunidade. *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa* [em linha]. Porto Editora. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/comunidade>.

Conferência do Porto Santo (2021). *Carta do Porto Santo. A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. Porto Santo (Portugal), 21 de abril. [consult. 2026-01-11]. Disponível em: <https://www.culturaportugal.gov.pt/media/9171/pt-carta-do-porto-santo.pdf>

CONSELHO DA EUROPA (2005). *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*. Faro (Portugal), 27 de outubro. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/49%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20quadro%20Conselho%20Europa%20valor%20patrim%C3%B3nio%20sociedade%202005.pdf>.

CONSELHO DA EUROPA. *Itinerários Culturais do Conselho da Europa. Cultural Routes*. [consult. 2026-01-10]. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/by-theme>.

CONSELHO DA EUROPA. *Transromanica - The Romanesque Routes of European Heritage*. Conselho da Europa. In <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/transromanica-the-romanesque-routes-of-european-heritage>.

Cuidadores do Património. *Rota do Românico*. In <https://www.rotadoromanico.com/pt/rota/cuidadores-do-patrimonio/>.

FERREIRA, Teresa; MARQUES, Teresa Portela; BOTELHO, Maria Leonor; ROMÃO, Xavier; PÓVOAS, Rui Fernandes (2022), Património e paisagem: gestão, análise, projeto. In VELOSO, J.; e PACHECO, Isabel (eds.), *Cadernos de inovação pedagógica. 2: Unidades curriculares INOVPED da Universidade do Porto: transversalidade e criatividade*. Porto: U.Porto Press, p. 53-75.

FONTAL, Olaia; NORONHA, Elisa; & MARTINS, Patrícia Roque (2023), Educação patrimonial: criar e conceptualizar vínculos. Uma entrevista com Olaia Fontal, *MIDAS* [En línea], 17. Publ.15.10.2023. Disponível em <http://journals.openedition.org/midas/4524>. DOI: <https://doi.org/10.4000/midas.4524>.

FLUP. Google Arts & Culture. In <https://artsandculture.google.com/partner/universidade-de-porto>.

FLUP. *Envolvimento das Comunidades na Valorização do Património Local (territórios de São Pedro da Afurada e da Foz do Douro) - Apresentação pública dos resultados da formação PRR*. In https://sigarra.up.pt/flup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=144424.

FLUP. *Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual (MHAPCV)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. In https://sigarra.up.pt/flup/pt/cur_geral.cur_view?pv_ano_lectivo=2025&pv_origem=CUR&pv_tipo_cur_sigla=M&pv_curso_id=11162

FLUP. *PRR - Envolvimento das comunidades na valorização do património local (freguesias de São Pedro da Afurada e de São João Baptista da Foz)*. Unidade de Formação Contínua. In https://sigarra.up.pt/flup/pt/cur_geral.cur_view?pv_curso_id=25441.

GONÇALVES, Catarina Valença; CARVALHO, José Maria Lobo de; & TAVARES, José (2020), *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*, Lisboa: Fundação Millennium BCP.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio (2015), *Patrimonio Cultural. Conceptos, Debates Y Problemas. Básicos Arte Cátedra*. Madrid: Ediciones Cátedra.

ICOMOS (2022). *Carta Internacional do ICOMOS sobre o Turismo do Património Cultural*. Disponível em <https://www.icomos.org/actualite/the-new-icomos-international-charter-for-cultural-heritage-tourism-supports-a-more-responsible-and-sustainable-tourism-management/>

ICOMOS Austrália (1999). *Carta de Burra, Para Lugares de Significado Cultural*. Burra (Austrália), 26 de novembro. [consult. 2026-01-10]. Disponível em: https://www.patrimoniocultural.gov.pt/wp-content/uploads/2024/01/1999-carta_de_burra_para_lugares_de_significado_cultural-icomos_australia.pdf.

Lexionário. Estruturas associativas de defesa do património cultural. Diário da República online. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/estruturas-associativas-defesa-patrimonio-cultural>.

MACEDO, Sofia Costa (2018), *Associações de Defesa do Património em Portugal (1974-1997)*. Coimbra: Caleidoscópio.

MACHADO, Rosário Correia (coord.) (2008), *Rota do Românico do Vale do Sousa, Lousada. Valsousa – Rota do Românico do Vale do Sousa*.

MACHADO, Rosário Correia (2023), Rota do Românico. Sousa, Douro & Tâmega. In L. SEBASTIAN (coord.), “Centros Interpretativos: técnicas, espaços, conceitos e discursos”. *Património a Norte*, n.º 3. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte, p. 93-111.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2020), *Património Cultural. Realidade Viva*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Nara + 20: *On Heritage Practices, Cultural Values, and the Concept of Authenticity*. (2015). *Heritage & Society*, 8(2), p. 144–147. <https://doi.org/10.1080/2159032X.2015.1126115>.

Os Santos da Afurada. Arte, Devoção e Comunidade (2021). Google Arts & Culture. In <https://artsandculture.google.com/story/EAWxOxwtTDRGLg?hl=pt-PT>.

PEREIRA, Paulo (2010), Sob o signo de Sísifo. Políticas do Património edificado em Portugal, 1980-2010. In CUSTÓDIO, Jorge (coord.), *100 anos e Património. Memória e Identidade*. Portugal 1910-2010. Lisboa: IGESPAR, p. 261-280.

PIRES, Luís Madureira (2017), 30 anos de Fundos Estruturais (1986-2015). *Revista de Relações Internacionais*, n.º 53 - março 2017. Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa, p. 019-038. DOI: <https://doi.org/10.23906/ri2017.53a03>.

PIRES, Maria Ana Beleza Ferraz Juncal (2023), *Ramalde (Porto): o património de proximidade na construção de um território educativo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/152105?mode=simple>.

PORTUGAL. Assembleia da República (1999). Lei n.º 172/99 de 21 de setembro. *Diário da República*, Série I-A de 1999-09-21, pp. 6529-6532. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/172-1999-558209>.

PORTUGAL. Assembleia da República (2001). Lei n.º 107/2001. *Diário da República Série I-A*, 2001-09-08, (209), pp. 5808-5829. [consult. 2026-01-11]. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1900-72871514-72869684>

O Projeto. In Vale do Varosa. Monumentos. In <https://www.valedovarosa.gov.pt/vale-do-varosa/>.

OLIVEIRA, Cátia (2025), *Mais Património, et. al. Laboratórios de Educação para o Património nos territórios de São Pedro da Afurada e Aguda (V.N. Gaia)*. Tese de Doutoramento em Estudos de Património – especialização em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/168595>

OLIVEIRA, Cátia (2025), *Mais Património, et. al.* Website. In <https://maispatrimonioetal.wixsite.com/mais-patrimonio-et-a>

Prémios. Vale do Varosa. Monumentos. In <https://www.valedovarosa.gov.pt/vale-do-varosa/premios/>.

Programas Turísticos. Rota do Românico. In <https://www.rotadoromanico.com/pt/experiencias/programas-turisticos/>

Quem Somos? In Rota do Românico. Disponível em <https://www.rotadoromanico.com/pt/rota/rota-do-romanico/>

Rota do Românico. In <https://www.rotadoromanico.com/pt/>.

SEBASTIAN, Luís (2023), Rede de Monumentos do Vale do Varosa. Tarouca & Lamego. In SEBASTIAN, Luís (coord.), *Centros Interpretativos : técnicas, espaços, conceitos e discursos. Património a Norte*, n.º 3. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte, p. 43-91.

SERRÃO, Vítor (2024), As Dimensões da Micro-História da Arte na senda dos Diálogos Possíveis. In NETO, Maria João (ed.), *História da Arte Hoje. Modus Operandi*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 43-67.

SMITH, Laurajane (2006), *Uses of Heritage*. New York: Routledge.

SMITH, Laurajane (2025), *Concise Introduction to Heritage Studies*. Elger Concise Introductions. UK: Edward Elgar Publishing.

SOUSA, Ana Cristina; BOTELHO, Maria Leonor; e OLIVEIRA, Cátia (coords.) (2021), *Os Santos d’Afurada. Arte, Devoção e Comunidade*. Porto: CITCEM. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18617.pdf>.

TELES, Paula; SILVA, Pedro (2010), *Rota do Românico: Património para Todos*. Lousada: Rota do Românico.

UNESCO. *The “Five C’s”. World Heritage Convention.* In <https://whc.unesco.org/en/convention/>.

UNESCO (1994). *Report on the Expert Meeting on Routes as a Part of our Cultural Heritage*. Madrid, Spain, November 1994. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/routes94.htm>

UNESCO (2001). *Alto Douro Vinhateiro (2001). World Heritage Convention.* In <https://whc.unesco.org/en/list/1046#>.

UNESCO (2002). *Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial*. Budapeste, 28 de junho. Disponível em: [Declaração de Budapeste sobre Património Mundial - 2002](#)

UNESCO (2003), *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003)*. UNESCO. Paris, 17 de outubro. Disponível em <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>

UNESCO (2011). *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana*. Paris (França), 10 de novembro de 2011. [consult. 2026-01-11]. Disponível em:

https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf.

UNIVERSIDADE DO PORTO. *Missão e Valores*. In <https://www.up.pt/portal/pt/conhecer/sobre-a-uporto/missao-e-valores/>.

Vale do Varosa. Monumentos. In <https://www.valedovarosa.gov.pt/>.

Valsousa. Associação de Municípios do Vale do Sousa. In <https://www.valsousa.pt>.